



# DO MANUSCRITO AO LIVRO IMPRESSO I

António Manuel Lopes Andrade

Maria Cristina Carrington (Coords.)

**Aveiro | Coimbra | 2019**

**UA Editora – Universidade de Aveiro**

**Imprensa da Universidade de Coimbra**

**VENTURAS E DESVENTURAS  
DE JOÃO FERNANDES, LIVREIRO DE LISBOA,  
EM MEADOS DE QUINHENTOS**

**THE ADVENTURES AND MISADVENTURES  
OF JOÃO FERNANDES, A MID-SIXTEENTH CENTURY  
BOOKSELLER FROM LISBON**

*António Manuel Lopes Andrade*<sup>1</sup>

**Resumo:** Muitos foram os cristãos-novos que abandonaram a cidade de Lisboa, cuja imponente Rua Nova dos Mercadores, pela sua magnificência, requinte e ostentação, impunha o respeito e a admiração de toda a Europa de Quinhentos. Debaixo das suas amplas arcadas, albergavam-se as tendas dos maiores livreiros da capital, à porta das quais os mais letrados compulsavam, avidamente, as novidades editoriais. A partir de documentação portuguesa e italiana, perscrutar-se-á o quotidiano de João Fernandes, um proeminente livreiro e mercador de livros, em atividade desde a década

---

<sup>1</sup> Centro de Línguas, Literaturas e Culturas / Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro: aandrade@ua.pt. Manifestamos o nosso penhorado agradecimento aos colegas e amigos Annemarie Jordan Gschwend, Hugo Crespo, João Torrão, Júlio Costa, Maria da Graça Pericão, Pedro de Azevedo e Susana Mateus pelas valiosas indicações e sugestões que muito enriqueceram o presente estudo.

de vinte, a quem se ficou a dever o patrocínio de uma das edições do mais famoso tratado português de aritmética de Quinhentos. Procurar-se-á traçar o percurso atribulado deste livreiro cristão-novo, fugido de Lisboa rumo a Antuérpia e a Ferrara, depois de ter sido processado por judaísmo e preso, por ordem do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, em 1543. **Palavras-chave:** João Fernandes (Samuel Picho); História do Livro; Livreiros de Lisboa; Rua Nova dos Mercadores; Humanismo e Diáspora

**Abstract:** Many were the New Christians that left Lisbon, the capital of the reign in which the imposing Rua Nova dos Mercadores, by virtue of its magnificence, refinement and lavishness, instilled respect and admiration throughout the whole of Europe in the 16th century. Under its wide arcades had settled the most eminent booksellers whom men of letters eagerly resorted to in demand for fresh publications. Based on Portuguese and Italian documentation we will investigate the daily routine of João Fernandes, a prominent bookseller and book merchant, in business since the twenties, to whose patronage we owe one of the editions of the most famous 16th century Portuguese treatise on arithmetic. We will follow the troublesome route of this New Christian bookseller who fled from Lisbon headed for Antwerp and Ferrara, after having been arrested and convicted for Judaism in the Lisbon Court of the Holy Office, in 1543.

**Keywords:** João Fernandes (Samuel Picho); History of the Book; Lisbon Booksellers; Rua Nova dos Mercadores; Humanism and Diaspora

## TORDO

Que o tordo continue a devorar a azeitona madura de Alvito;  
Para, em minha opinião, se tornar a primeira entre as aves<sup>2</sup>.

Diogo Pires, *Cato Minor*, 1596

### 1. Introdução

Em meados de Quinhentos encontra-se em Ferrara um certo “*librarius portugalensis*”<sup>3</sup>, chamado João Fernandes, na companhia de vários elementos da sua família mais próxima. Quem é, de facto, este homem? Que segredos esconde o seu passado? Por que razão surge, amiúde, designado na documentação italiana como “livreiro português”? Na verdade, o percurso atribulado deste indivíduo representa um exemplo paradigmático do que foi a ação notável dos cristãos-novos, desde as primeiras décadas do século XVI, tanto em Portugal como na diáspora, no plano cultural, político, económico e religioso. O estabelecimento da Inquisição em Portugal, em 1536, marcou o final de um ciclo alargado de relativa segurança e prosperidade para os cristãos-novos desde a Conversão Geral, em 1497. A intolerância religiosa e a perseguição movida aos cristãos-novos, tantas vezes acusados de judaizar, acentuaram-se bastante nos primeiros anos da década de quarenta com o apertar da malha

---

<sup>2</sup> Diogo PIRES, *Cato Minor*. Veneza, 1596, p. 60 (*TVRDVS / Deuoret Aluiti maturam turdus oliuam; / Iudice me primus fiat ut inter aues.*). Tradução de Carlos Ascenso ANDRÉ, *Um judeu no desterro: Diogo Pires e a memória de Portugal*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – INIC, 1992, p. 75.

<sup>3</sup> Renata SEGRE, “Contribución documental a la historia de la imprenta Usque y de su edición de la Biblia”, in Iacob M. HASSÁN (ed.), *Introducción a la Biblia de Ferrara*. Actas del Simposio Internacional sobre la Biblia de Ferrara (Sevilla, noviembre de 1991). Madrid, Comisión Nacional Quinto Centenario-Universidad de Sevilla-CSIC, 1994, pp. 208-209.

inquisitorial e com o início da realização anual dos autos-da-fé – o primeiro realizado na cidade de Lisboa celebrou-se em finais de 1540. Nesta altura, tornou-se evidente para cada vez mais cristãos-novos que a única saída seria abandonar Portugal rumo à segurança, liberdade religiosa e oportunidades que poderiam desfrutar em Antuérpia ou em outros portos, ainda mais seguros, como as cidades italianas de Ferrara, Ancona ou Veneza. Mesmo os que foram adiando a sua decisão, como o livreiro João Fernandes, quiçá na esperança de melhores dias ou por não quererem abandonar os seus negócios ou, até, por se julgarem a salvo da crescente ameaça, com o decorrer dos dias viram as suas expectativas completamente frustradas, à medida que, pouco a pouco, o braço comprido do Tribunal do Santo Ofício se aproximava dos conhecidos, dos amigos, dos familiares, acabando mesmo, num ou noutro caso, por os alcançar. A insegurança crescente entre os cristãos-novos motivada pelo avolumar de delações, acusações, prisões e condenações, bem patente nos inúmeros processos inquisitoriais, teve como consequência, evidentemente, o desterro de milhares de pessoas que, de um dia para o outro, deixavam para trás uma parte significativa das suas vidas. Unir estes dois tempos no percurso dos que abandonaram o país, o da permanência em Portugal e o do desterro, é um exercício complexo, não isento de inúmeras dificuldades, mas tem o condão de nos revelar, em toda a sua plenitude, as venturas e as desventuras daqueles que trilharam este caminho difícil, expondo as consequências desta autêntica sangria a que o Reino se viu sujeito. Ora, é isso mesmo que se procura fazer neste trabalho a partir do caso exemplar de João Fernandes, alumando duas etapas bem diferenciadas da sua vida: num dia, um dos maiores livreiros da cidade de Lisboa; no outro, um cristão-novo português desterrado na cidade de Ferrara.



## 2. João Fernandes, Mercador de Livros e Livreiro de Lisboa

Houve, desde sempre, uma certa ambivalência no que concerne à significação exata dos termos “livreiro” e “mercador de livros”, não obstante se considerar que o livreiro, *stricto sensu*, é o oficial mecânico que encaderna e vende livros a retalho adquiridos ao impressor ou ao mercador, ao passo que o mercador de livros negocia por grosso, seja custeando total ou parcialmente uma edição ao impressor, seja importando do estrangeiro livros em grande quantidade. Veja-se a forma como Fernando Guedes traça, com clareza, esta distinção formal entre livreiro e mercador de livros:

A distinção principal, contudo, deveria centrar-se no próprio negócio de cada um. O livreiro (oficial mecânico) venderia, encadernados por si e a retalho (ou “por miúdo” como então se dizia), os livros que adquiria ao impressor (nacional ou estrangeiro) ou ao mercador. Este, ou porque encomendara (ou adquirira, total ou parcialmente) uma edição ao impressor, ou porque importava de países estrangeiros em larga quantidade, só deveria praticar o comércio por junto. Se tudo se processasse correctamente, teríamos assim que, independentemente da forma como adquiriam os livros, na venda o livreiro praticava fundamentalmente o comércio de retalho e o mercador só deveria negociar por grosso<sup>4</sup>.

Na prática, verifica-se que esta distinção, com frequência, não corresponde ao uso comum dos termos em análise, sendo que a palavra “livreiro” tanto é usada na sua aceção primitiva de oficial mecânico que cose, encaderna, encapa e vende livros, como

---

<sup>4</sup> Fernando GUEDES, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*. Braga, Verbo, 2005, pp. 26-27.

também se generaliza, abarcando, não raras vezes, as funções adstritas aos diversos ofícios da produção do livro, nomeadamente a de mercador de livros e, até, a do próprio impressor<sup>5</sup>. Por isso, colocam-se habitualmente algumas reservas ao número de “Livreiros cinquenta e quatro” apontado por Cristóvão Rodrigues de Oliveira na sua descrição de Lisboa de meados do século XVI<sup>6</sup>, porque este número considerável englobava, sob a designação de livreiro, diversas ocupações envolvidas na produção e comércio do livro, desde o aprendiz, passando genericamente pelo oficial de livraria (então designado por “obreiro”), algumas vezes especializado em determinadas tarefas (e. g. encadernador), até ao mercador de livros. O número de livrarias existentes na capital em meados de Quinhentos seria, decerto, bastante inferior, não ultrapassando as duas dezenas. De facto, segundo João Brandão, em 1552, havia 20 tendas de livreiros em Lisboa “e na maior parte delas três, quatro criados”, sendo que onze se localizavam na Rua Nova dos Mercadores<sup>7</sup>.

A primeira notícia que temos sobre João Fernandes, datada de 1530, representa também uma das primeiras ocorrências em Portugal a ilustrar a atividade de um mercador de livros. Com efeito, é sabido que João Fernandes custeou a segunda edição do mais famoso tratado português de aritmética de Quinhentos, da autoria de Gaspar

---

<sup>5</sup> Para uma análise pormenorizada da distinção entre livreiro, editor, mercador de livros e impressor ao longo dos séculos XVI e XVII, cf. Artur ANSELMO, “Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII”: *Revista Portuguesa de História do Livro* 2 (1997), pp. 47-68; F. GUEDES, op. cit., pp. 11-28; 41-51.

<sup>6</sup> Cristóvão Rodrigues de OLIVEIRA, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Horizonte, 1987, p. 94.

<sup>7</sup> João BRANDÃO, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 99 e 185. Trata-se da edição do manuscrito *Estatística de Lisboa, de 1552*, à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (Cod. 679).

Nicolás, impresso nos prelos de Germão Galharde<sup>8</sup>. Apesar de se não conhecer atualmente nenhum exemplar desta edição, o bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, no século XIX, teve nas suas mãos este raríssimo livro, descrevendo, em pormenor, tanto a folha de rosto, como o colofão, no *Diccionario Bibliographico Portuguez*<sup>9</sup>:

*Tractado da pratica Darismetica ordenada por Gaspar Nicolas e empremida com priuilegio del Rei nosso senhor. – É quanto se vê no frontispicio, adornado com o brasão das armas de que usa a casa do Cadaval, iluminado de encarnado nas quartelas e sem corôa, e tendo em roda uma cercadura de figura quadrada. No fim tem a seguinte declaração: Foy acabada dempremir a dita pratica darismetica em a muyto nobre e sempre leal cidade de Lixboa, per Germã Galharde frãces. A qual pratica foy ordenada per Gaspar Nicolas. E empremida a costa de Joã fernandez mercador de libros. Aos 6 dias do mez de dezêbro. Na era do Senhor de 1530. Com priuilegio de sua alteza. – Em 4.º*

O patrocínio deste tratado de Gaspar Nicolás é bem revelador da capacidade financeira e comercial de João Fernandes, que não enjeitou a oportunidade de patrocinar a segunda edição deste famoso tratado de aritmética comercial, um autêntico êxito editorial com mais de uma dezena de edições entre os séculos XVI e XVIII<sup>10</sup>. Tratava-se, de facto, de uma obra essencial nas mãos de quem necessitava de

---

<sup>8</sup> António Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926, p. 169, n.º 590.

<sup>9</sup> Inocêncio Francisco da SILVA, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Terceiro. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1859, pp. 131-132.

<sup>10</sup> Sobre os três tratados portugueses de aritmética comercial quincentistas (Gaspar Nicolás, Rui Mendes e Bento Fernandes), veja-se o estudo fundamental de A. A. Marques de ALMEIDA, *Aritmética como descrição do real (1519-1679)*. *Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, 2 vols.



aprender as práticas e transações do comércio nacional e internacional nas várias praças europeias, tantas vezes jovens agentes das famílias cristãs-novas envolvidas no comércio internacional, sobretudo no eixo Lisboa-Antuérpia. É esse o mercado privilegiado deste livro escrito em português e, por isso, destinado prioritariamente aos mercadores nacionais que operavam dentro e fora do país.



Figura 1 – Rosto da *editio princeps* do tratado de Gaspar Nicolás (Lisboa, 1519). Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

João Fernandes, como se verá, pertence a uma família de proeminentes mercadores portugueses, sendo o único, que se conheça, a enveredar pelo negócio dos livros. Não se sabe exatamente quando é que João Fernandes abriu a sua “tenda” de livreiro na Rua Nova

dos Mercadores, ou dos Ferros<sup>11</sup>, em Lisboa, mas é bem possível que estivesse já estabelecido como livreiro, quando se abalçou no negócio do tratado de Gaspar Nicolás, no final de 1530. De facto, nada impedia que acumulasse, com proveito, as atividades de livreiro e de mercador de livros, negociando simultaneamente por grosso e a retalho. Tudo leva a crer que João Fernandes, depois de aprender o ofício em Lisboa, tomou a decisão de se dedicar, desde muito cedo, a diferentes áreas do negócio do livro em simultâneo, aproveitando, naturalmente, as relações e contactos privilegiados que mantinha com os meios científicos, financeiros e mercantis.

Voltamos a ter duas notícias do livreiro João Fernandes apenas em 1539, quando a atuação do Tribunal do Santo Ofício se intensificou depois de o cardeal-infante D. Henrique ter assumido as funções de inquisidor-geral, em meados desse mesmo ano. Pouco tempo antes, nos primeiros dias de fevereiro, o humanista António Luís vê-se a braços com um processo inquisitorial, acusado de ter estado envolvido na criação de um panfleto apologético anticristão afixado em algumas igrejas de Lisboa, tendo ficado detido durante cerca de 11 dias<sup>12</sup>. Sublinhe-se que as testemunhas do processo afirmaram que na casa de António Luís, situada nas proximidades da livraria de

---

<sup>11</sup> A identificação por Annemarie Jordan de uma magnífica vista quincentista da Rua Nova dos Mercadores (c.1570-1619), duas telas com uma larga panorâmica desta artéria nevrálgica da Lisboa do século XVI, esteve na base da publicação de um livro [Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015] e da organização da notável exposição “A Cidade Global. Lisboa no Renascimento” (Museu Nacional de Arte Antiga, 23 de fevereiro a 9 de abril de 2017), da qual resultou a publicação do seguinte catálogo: Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017.

<sup>12</sup> Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Arquivo Nacional da Torre do Tombo (DGLAB/ANTT), *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, processo n.º 7807 (“Auto que se fez sobre o licenciado António Luís...”). Processo transcrito por Mário Brandão, in Francisco Leitão FERREIRA, *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*. Volume III (Tomo I). Coimbra, Por ordem da Universidade, 1944, pp. 728-746.

João Fernandes, se reuniam com frequência muitos cristãos-novos, sendo o médico conhecido entre eles como “o grande philosopho”. No decurso das buscas à casa de António Luís, em São Julião, o inquisidor João de Melo perguntou-lhe onde comprava o papel em que escrevia as suas obras, ao que o médico olisiponense lhe respondeu que utilizava, há mais de um ano, “papel dalvarrada”<sup>13</sup> que lhe vendia o livreiro João Fernandes a 30 reais a mão<sup>14</sup>:

[...] e perguntado que em que papel espreuja suas obras / dise que quando espreuia que avera mais de hum ano era em papel dalvarrada que lhe vendia yoam fernandez liureiro a xxx reais a mão<sup>15</sup>.

A palavra “albarrada” serve aqui para caracterizar o tipo de papel através do motivo usado na marca de água. De facto, o jarro surge representado, através de diversas variantes, no papel de produção francesa utilizado por vários impressores em Portugal, nas décadas de trinta e quarenta do século XVI (entre 1535 e 1543), como Germão Galharde, Luís Rodrigues ou João Álvares e João de Barreira<sup>16</sup>.

É muito provável que o papel de escrever vendido por João Fernandes a António Luís tenha a mesma proveniência, por exemplo, daquele que, no mesmo ano de 1539, foi utilizado pelo impressor

---

<sup>13</sup> “Albarrada” é uma palavra de origem árabe que designa um jarro, com ou sem asas, para guardar água fresca ou colocar flores. Rafael BLUTEAU, *sub verbo* “albarrada”, diz que é “um vaso com asas, em que se costumava por flores”. Cf. *Vocabulario portuguez e latino...* [primeiro volume]. Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 212.

<sup>14</sup> Segundo Rafael BLUTEAU, *sub verbo* “maõ”, uma “mão de papel” corresponde a “vinte & cinco folhas de papel dobradas”. Cf. *Vocabulario portuguez e latino...* [quinto volume]. Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva, 1716, p. 310.

<sup>15</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Oficio*, Inquirição de Lisboa, Processo n.º 7807, fl. 9v.

<sup>16</sup> Arnaldo Faria de Ataíde e MELO, *O papel como elemento de identificação*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926, pp. 38-40 (n.º 29-41), 71. Na figura 2, reproduz-se a marca de água que se encontra no final deste livro. Sobre a importância das marcas de água como fonte de conhecimento da arte de fazer papel, veja-se Maria José Ferreira dos SANTOS, “Marcas de água e história do papel”: *Cultura* 33 (2014), pp. 11-29.

Luís Rodrigues na impressão da *Panagyrica oratio*<sup>17</sup> da autoria do próprio António Luís. É curioso, ainda, acrescentar que um dos denunciadores de António Luís, um iluminador que era seu senhorio, declara que o médico lhe entregava todas as semanas grande quantidade de penas de escrever para afiar e de papel para regrar, o mesmo que o médico adquiria ao livreiro.

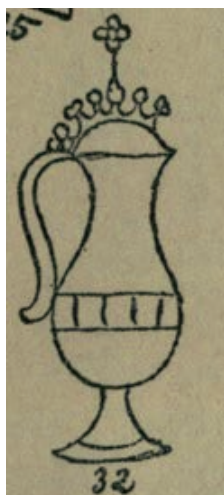


Figura 2 – Marca de água da *Panagyrica oratio* (Lisboa, 1539)

Por outra parte, existe também um mandado do cardeal-infante D. Afonso ao tesoureiro de sua casa, datado de 23 de setembro de 1539, em que ordena fossem dados quatro cruzados ao livreiro João Fernandes por um livro não identificado que lhe havia sido comprado para a Sé de Évora, quantia que o próprio recebeu a 11 de janeiro de 1540, conforme comprova a aposição da sua assinatura no documento<sup>18</sup>:

---

<sup>17</sup> António Joaquim ANSELMO, op. cit., p. 204, n.º 1006.

<sup>18</sup> DGLAB/ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, Maço 65, Documento 82. Veja-se a transcrição do documento em Sousa VITERBO, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924, p. 341.

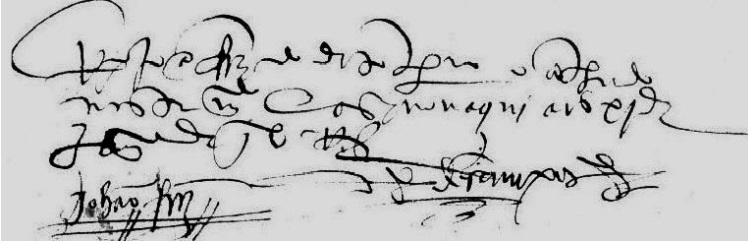


Figura 3 – Recibo com a assinatura do livreiro João Fernandes.  
ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 65, doc. 82

Volvidos dois anos e meio, em junho de 1542, temos notícia de que João Fernandes volta a estar envolvido na edição de um livro, em Lisboa, desta feita saído dos prelos de Luís Rodrigues<sup>19</sup>. Trata-se de um livro de orações para cada dia do ano, com os ofícios e leituras dos santos para os dias respetivos, de acordo com o novo calendário romano mandado publicar, pouco antes, por D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, arcebispo de Lisboa, que deviam ser recitadas e observadas pelos eclesiásticos e sacerdotes na diocese de Lisboa. Ora, no final do colofão deste raríssimo livro (não se encontra registado no catálogo de António J. Anselmo) assinala-se que o mesmo se encontra à venda, em casa de João Fernandes<sup>20</sup>, somente pelo preço de 70 reais, em folha (“Venundatur in aedibus Ioannis Fernandi. Precio duntaxat Reaes.70.in albis.”)<sup>21</sup>.

<sup>19</sup> *ORDO ORANDI singulis diebus per annum secundum ordinem noui kalendarij romani nuper editi ab Illustrissimo ac Reuerendissimo domino D. Ferdinando Archipresul huius ciuitatis Olisiponne [...].* Olisipone, apud Ludouicum Rodoricum, 1542. Temos conhecimento apenas do exemplar à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal (cota RES. 3123 P.), cuja cópia digital se encontra disponível em <http://purl.pt/23218>. Devemos a indicação deste livro ao Dr. Júlio Costa, a quem manifestamos o nosso penhorado agradecimento pelo apoio prestado.

<sup>20</sup> No catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal surgem identificados sob o mesmo registo (Fernandes, João, fl. 1578-1579) o livreiro João Fernandes e um homónimo, que imprimiu duas obras em 1579, sendo naturalmente indivíduos diferentes.

<sup>21</sup> Nesta época, os livreiros recebiam, por regra, os livros dos impressores *em folha* (“in albis”), podendo ser depois decorados e encadernados na livraria segundo a vontade do cliente, mediante o pagamento de um custo adicional. Veja-se Simon

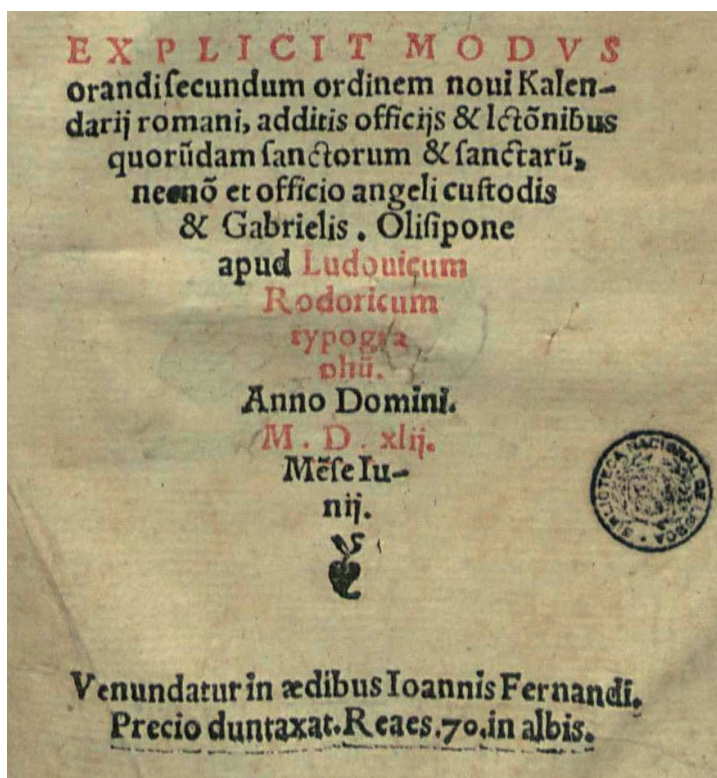


Figura 4 – Colofão de *Ordo orandi...* (Lisboa, 1542).  
Biblioteca Nacional de Portugal (RES. 3123 P.)

Note-se o carácter publicitário desta anotação, acentuando o preço apelativo e indicando aos potenciais compradores que o livro era vendido *em folha* ou *em papel* (“in albis”), uma sugestão, evidentemente, para que não só comprassem o livro na casa de João Fernandes, mas também lá o mandassem encadernar, o que implicava um custo adicional. Esta indicação explícita sobre o local de venda e o preço do livro, impresso a vermelho e negro, deixa supor que o livreiro terá custeado, total ou parcialmente, esta edição, à seme-

---

ELIOT, Jonathan ROSE (eds.), *A Companion to the History of the Book*. Oxford and Malden, Blackwell, 2007, p. 217.



lhança do que fizera antes com o tratado de Gaspar Nicolás, saído dos prelos de Germão Galharde. Convém sublinhar as relações que João Fernandes estabelece com estes dois importantes impressores, nomeadamente com Luís Rodrigues, que, como bem assinalou Artur Anselmo, é um primoroso impressor de textos humanísticos<sup>22</sup>.



Figura 5 – Rosto de *Ordo orandi...* (Lisboa, 1542).  
Biblioteca Nacional de Portugal (RES. 3123 P.)

<sup>22</sup> Artur ANSELMO, “O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos”: *Humanitas* 43-44 (1991-1992), pp. 369-376.

### 3. À porta da livraria de João Fernandes, na Rua Nova dos Mercadores

As poucas referências ao livreiro João Fernandes, no âmbito da História do Livro em Portugal, têm-se circunscrito às notícias atrás referidas do patrocínio da segunda edição do *Tratado da Prática d'Arismética* de Gaspar Nicolás (1530) e da venda do livro à casa do cardeal-infante D. Afonso (1539). A estes dois registos, porém, acresce um episódio muito curioso passado em 1547, à porta da livraria de João Fernandes, o qual esteve na origem do processo inquisitorial movido ao humanista Fernando Oliveira<sup>23</sup>. Foi precisamente na livraria então a cargo de Francisco Fernandes, situada na Rua Nova dos Mercadores, que se deu a alteração entre Fernando Oliveira e o livreiro João de Borgonha, no momento em que aquele estava à porta da livraria a folhear “huũ liuro que se chama ha esfera” (*Tratado da Sphera*) de Pedro Nunes, o que lhe haveria de valer um processo inquisitorial (1547-1551), na sequência do qual foi sentenciado em auto-da-fé, em setembro de 1548, tendo estado preso mais de dois anos<sup>24</sup>.

---

<sup>23</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 12099. Veja-se a transcrição integral do feito-crime de Fernando Oliveira publicada por Henrique Lopes de MENDONÇA, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898, pp. 99-128. Consulte-se também a súmula dos acontecimentos feita por Venâncio DESLANDES, *Documentos para a Historia da Typografia Portugueza nos Seculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888, pp. 59-62, nota 1.

<sup>24</sup> Sobre a presença e a circulação do livro científico nas livrarias de Lisboa, cf. Rui Manuel LOUREIRO, “Ciência e conhecimento nas livrarias quinhentistas da Rua Nova dos Mercadores”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*, op. cit., pp. 88-95.

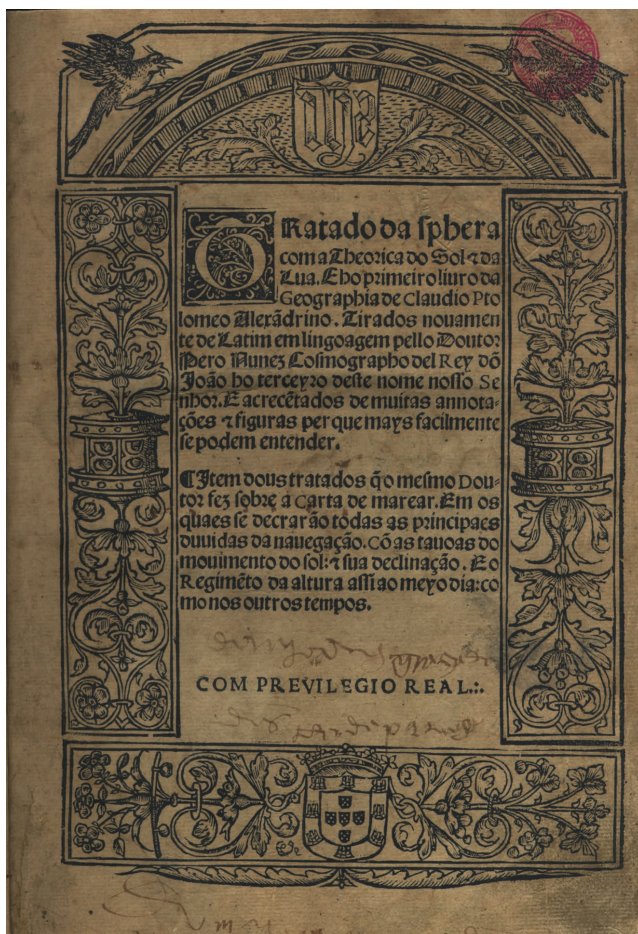


Figura 6 – Rosto do *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes (Lisboa, 1537). Biblioteca Pública Municipal do Porto (Y1-3-10)

Eis um resumo dos acontecimentos à luz dos interrogatórios do réu e dos depoimentos das testemunhas no processo. No dia 18 de novembro de 1547, Fernando Oliveira, acabado de regressar a Lisboa, vindo de Inglaterra, onde estivera ao serviço de Henrique VIII, dirigiu-se à livraria de Francisco Fernandes, a quem havia deixado um livro para encadernar e encomendado o referido tratado de Pedro Nunes. Assim que recebeu o livro, encaminhou-se para

a porta da livraria, sob as arcadas, talvez para assim o poder folhear com mais luz<sup>25</sup>. Nesta ocasião, foi reconhecido por André de Resende, de quem havia sido discípulo de gramática em Évora, o qual se encontrava nas proximidades, à porta da livraria de João de Borgonha. André de Resende logo comunica a sua descoberta a João de Borgonha, mostrando-se escandalizado pela forma indecorosa como o antigo frade de São Domingos trajava em hábito secular, segundo a descrição do livreiro, “com huña barba gramde e com huñ vestido curto e com huñ chapeo de feltro de seda na cabeça”. De imediato, João de Borgonha vai ao encontro de Fernando Oliveira, com quem entabula conversa e a quem interpela sobre o carácter e as ações do monarca inglês, na presença de várias testemunhas, entre as quais se contavam Francisco Fernandes, “que tem carrego da casa de Joham fernandez”, Luís Lasso “castelhano que trabalha na tenda de Jº Fernandez lyureyro” e o livreiro Pero Álvares, morador na Mouraria, atraído pelo alarido da discussão. Fernando Oliveira reage impetuosamente à provocação do livreiro, defendendo, com demasiado entusiasmo, o monarca inglês que havia renunciado à autoridade papal, uma questão bastante sensível à ortodoxia católica e que constituiria o cerne da acusação.

Decorridos poucos dias, Fernando Oliveira é detido e interrogado, sendo apresentadas como testemunhas da acusação João de Borgonha, Francisco Fernandes, Luís Lasso e Pero Álvares, cujos depoimentos relatam pormenorizadamente a altercação à porta da livraria e confluem para a incriminação do réu. É de notar que

---

<sup>25</sup> Para uma reconstituição e mapeamento da Rua Nova dos Mercadores, ou dos Ferros, vejam-se os diversos estudos publicados nos dois livros atrás referidos, editados por Annemarie Jordan Gschwend e Kate J. P. Lowe, em particular os dois capítulos seguintes: Annemarie JORDAN GSCHWEND, “Reconstruction the Rua Nova: The Life of a Global Street in Renaissance Lisbon”, in *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*, op. cit., pp. 100-119; Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE, “A representação da Lisboa global”, in *A cidade global: Lisboa no Renascimento*, op. cit., pp. 14-31.

Fernando Oliveira, assim que foi informado sobre a nomeação das testemunhas, apresentou várias suspeições sobre as mesmas, alegando que no passado se havia desentendido seriamente com João de Borgonha, devido a um livro que lhe dera para encadernar; que Luís Lasso lhe era assaz suspeito por ter sido uns tempos “obreiro” de João de Borgonha, mudando depois para a tenda a cargo de Francisco Fernandes; que ele nem sequer conhecia o livreiro Pero Álvares, presumindo que teria vindo espiar a mando de João de Borgonha, de quem seria amigo. Contudo, é de salientar a forte suspeição que é lançada, em particular, sobre o livreiro Francisco Fernandes, não só por ser grande amigo de João de Borgonha, mas sobretudo “por ser christam nouo & saber que elle reo deu aviso a elrey nosso sôr de certas cartas q̃ o nuncio dom luis lipomano escreueo ao papa em fauor dos christãos nouos contra os inquisidores deste reyno & sobre isso pubricamente teue hũa differença com hũ dos ditos christãos nouos” (pp. 105-106). De facto, Fernando Oliveira havia estado em Roma, de onde regressara a Portugal, em 1543, na companhia do núncio apostólico. As suspeições interpostas pelo réu levam a crer que os livreiros Francisco Fernandes (e também João Fernandes) tinham um conhecimento privilegiado das prolongadas e disputadas negociações sobre a Inquisição, que prosseguiram depois de 1536 e culminaram com o seu estabelecimento definitivo em Portugal através da bula *Meditatio cordis* de Paulo III, em 16 de julho de 1547.

Este feito-crime de Fernando Oliveira constitui uma fonte valiosa sobre a identificação e a atividade dos livreiros de Lisboa em meados de Quinhentos, permitindo identificar alguns dos principais atores deste negócio estabelecidos quase sempre na Rua Nova dos Mercadores<sup>26</sup>. De alguns, como Pero Álvares ou o mais modesto

---

<sup>26</sup> Sobre os livreiros da cidade de Lisboa no século XVI, vejam-se os estudos clássicos de Gomes de BRITO, *Notícias de livreiros e impressores em Lisbôa na 2.<sup>a</sup>*



Luís Lasso, pouco se sabe; de outros, como João de Borgonha ou Francisco Fernandes, mais dados têm sido carreados a partir de documentação e publicações dos anos subsequentes<sup>27</sup>.

No entanto, os diversos testemunhos prestados no feito-crime de Fernando Oliveira causam uma certa estranheza, porque se fala, a todo o momento, da livraria de João Fernandes, que nunca foi chamado a depor nem testemunhou o sucedido, quando, de facto, quem estava, à época, à frente da “tenda” era o também livreiro Francisco Fernandes, provavelmente um seu familiar. Na verdade, a ausência do livreiro João Fernandes não seria nenhum mistério para qualquer dos intervenientes no processo de Fernando Oliveira, porquanto todos conheceriam bem as razões de força maior que obstavam à presença do dono da livraria no local de trabalho. São precisamente essas razões que se procurará aclarar no capítulo seguinte, através de uma breve incursão no quotidiano de João Fernandes, no interior da sua livraria e no mundo fervilhante dos livreiros de Lisboa.

#### **4. Na livraria de João Fernandes, um livreiro entre livreiros**

O processo de António Luís, no início de 1539, adensava, de alguma forma, as sombras negras que pairavam sobre os cristãos-novos em Portugal, deixando antever que mesmo os que detinham relações estreitas com os círculos do poder e do saber não estariam a salvo da saga persecutória do Santo Ofício. O número crescente de processos movidos a cristãos-novos por judaísmo e a

---

*metade do século XVI*. Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1911; Durval Pires de LIMA, *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942; Maria Brak-Lamy Barjona de FREITAS, “Os livreiros da Lisboa quinhentista”: *Revista Municipal* (Lisboa) 54 (1952), pp. 5-25.

<sup>27</sup> Sobre o livreiro João de Borgonha, veja-se António BAIÃO, “O livreiro quinhentista João de Borgonha”: *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, 30 (1958), pp. 174-176.



celebração anual dos primeiros autos-da-fé em Lisboa, a partir de 1540, puseram a nu esta realidade e, conseqüentemente, fizeram aumentar o número de pessoas que saíam do país através de circuitos de fuga ilegais. Os cristãos-novos prosseguiram, em geral, o mesmo percurso das mercadorias no eixo Lisboa-Antuérpia<sup>28</sup>, tanto mais que na praça do Escalda encontravam uma estrutura de apoio logístico e financeiro, liderada pelos mais proeminentes mercadores cristãos-novos portugueses aí estabelecidos desde há décadas, o que se revelava essencial para os auxiliar à chegada e na permanência em Antuérpia ou, sobretudo a partir da década de quarenta, na continuação da difícil viagem para a Península Itálica, rumo a Ferrara, Veneza, Ancona, ou mesmo aos domínios do Império Otomano<sup>29</sup>. Esta via marítima por onde fluíam mercadorias e pessoas para a Flandres era, convém recordá-lo, a mesma por onde, em sentido inverso, chegavam a Portugal muitos dos livros de produção estrangeira à venda nas livrarias de Lisboa, veículo privilegiado, em diversos casos, das heresias que o Santo Ofício procurava combater. João Brandão, em 1552, ao tratar “Da livraria que vem a esta cidade”, estima o volume de negócios anual dos livreiros de Lisboa em 20.000 cruzados:

E, se se pudera tomar cópia no certo da livraria que entra nesta cidade, o que se não pode fazer por não pagar direitos, nem terem com os livreiros receita. E porém, vistas as lojas que tem na Rua Nova e a grossura delas, e valia, e os alugueres que

---

<sup>28</sup> Sobre a importância do eixo Lisboa-Antuérpia na distribuição da especiaria, veja-se o estudo de A. A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança*. Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

<sup>29</sup> Sobre a ação decisiva da Nação Portuguesa de Antuérpia, através dos líderes da comunidade, no apoio aos cristãos-novos em trânsito de Portugal para Antuérpia e daí para a Península Itálica, cf. Aron DI LEONE LEONI, *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII: New Documents and Interpretations*. Jersey City, Ktav, 2005.

pagam, e como a maior parte dos livreiros todos são ricos, eu ousaria afirmar, vistos os respeitos que tenho dito, valerem as livrarias que na cidade se gastam, em cada um ano, vinte mil cruzados<sup>30</sup>.

O processo de Fernando Oliveira não foi a segunda ocasião – a primeira, que se saiba, foi o referido depoimento de António Luís – em que o nome do livreiro João Fernandes veio à baila nas sessões do Tribunal do Santo Ofício. Alguns anos antes, poucos dias depois da celebração do terceiro auto-da-fé em Lisboa, em outubro de 1542, foi movido um processo ao humanista Duarte Gomes<sup>31</sup>, bacharel em Medicina no Estudo de Salamanca (condiscípulo de António Luís, Amato Lusitano ou Tomás Rodrigues da Veiga) e depois licenciado e professor na Universidade de Lisboa, onde ocupou a vaga da cadeira de Artes deixada em aberto com a partida de Garcia de Orta para o Oriente, em março de 1534<sup>32</sup>. Ora, acontece que Clara Nunes, uma das filhas do livreiro João Fernandes, estava casada com Duarte Gomes, com quem vivia também na Rua Nova dos Mercadores com os filhos ainda pequenos e uma tia. Duarte Gomes e Clara Nunes foram denunciados por uma escrava negra que afirmou ter recebido ordens dos seus

---

<sup>30</sup> João BRANDÃO, op. cit., p. 64.

<sup>31</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo 12784. A transcrição integral do processo deve-se a Hugo Miguel CRESPO, “O processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes *alias* Salomão Usque: móveis, têxteis e livros na reconstituição da casa de um humanista (1542-1544). *Em torno da guarda-roupa, livraria e mantearia do rei*”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 644-688.

<sup>32</sup> Entre os estudos que dedicámos à figura fascinante de Duarte Gomes, destacam-se: a) A. M. L. ANDRADE, “A figura de Salomão Usque: a face oculta do humanismo judaico-português”: M. GONÇALVES *et alii* (orgs.), *Gramática e Humanismo*. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres. Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 2005, vol. II, pp. 15-25; b) “Os Senhores do Desterro de Portugal: Judeus Portugueses em Veneza e Ferrara em meados do século XVI”: *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 6 (2006), pp. 65-108; c) “A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e de Duarte Gomes”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 87-130.

senhores para levar uma selha com água suja à Ribeira, ao local em que havia sido montado o cadafalso do auto-da-fé e onde ainda permaneciam os restos dos relaxados em carne, por forma a que, no regresso, “trouxese na dita selha da Çimza das fugeiras omde queymarão Aquela gente” (fl. 16v).

Após prestar as primeiras declarações perante o inquisidor João de Melo, Duarte Gomes abandona apressadamente o país, na companhia da esposa e dos filhos, rumo a Antuérpia, nomeando mais tarde o irmão Tomás Gomes como seu procurador no processo, em Lisboa. Alguns dias depois, a 10 de novembro de 1542, na ausência do licenciado Duarte Gomes, os bens da sua casa, entre os quais havia 58 livros novos e velhos, foram arrolados e inventariados, sendo entregues pelo meirinho à guarda de Gonçalo Fernandes, “pay do dito Licenciado / porque Joam Fernandes seu sogro sendo buscado per vezes se nam achou” (fl. 21r)<sup>33</sup>. Duarte Gomes não mais voltou a Portugal, tendo entrado pouco depois, em Antuérpia, ao serviço da família Mendes-Benveniste, que liderava o Consórcio da Pimenta, chefiado pelo mercador-banqueiro Diogo Mendes<sup>34</sup>.

Estes acontecimentos dramáticos constituíram, decerto, um aviso muito sério para o livreiro João Fernandes dos enormes riscos a que ele próprio e os seus mais próximos, dada a sua condição de cristãos-novos, estavam sujeitos em Portugal. Ainda assim, como se verá a seguir, não foi suficiente para que conseguisse abandonar o país a tempo, sem que antes fosse também, ele mesmo, proces-

---

<sup>33</sup> Para uma análise da reconstituição da casa de Duarte Gomes na Rua Nova dos Mercadores, feita a partir do inventário dos seus bens ordenado pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, com particular destaque para a relevância dos 58 livros apreendidos ao humanista português, veja-se o estudo da autoria de Hugo Miguel CRESPO, “O processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes...”, op. cit., pp. 587-644.

<sup>34</sup> Aron DI LEONE LEONI, *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII: New Documents and Interpretations*. Jersey City, Ktav, 2005, p. 93.

sado e preso por ordem do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa, em meados de 1543<sup>35</sup>.

De facto, pouco depois da chegada de Duarte Gomes a Antuérpia, João Fernandes acabou por ser processado pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Num dos primeiros interrogatórios, feito por António de Leão e pelo padre frei Jorge de Santiago, a 26 de junho de 1543, João Fernandes é chamado a prestar declarações. Disse que era natural de Castela, e nascera em Valença (decerto, Valência de Alcântara, de onde era também natural o pai de Garcia de Orta), e saíra de Castela na altura da expulsão geral dos judeus e daí foi para Arzila, onde se tornou voluntariamente cristão. E que, nesse tempo, teria cerca de sete ou oito anos, tendo vivido em Arzila quatro ou cinco anos. E que depois foi com um seu irmão para a Vidigueira, ficou um ano e a seguir fugiu para Lisboa: “e aquy aprendeo seu officio de liureiro e que aquy resydio ate gora saluo que fez alguãs viages pera fora per causa de sua mercadorya” (fl. 4r).

Através destas declarações de João Fernandes temos acesso a uma página do seu passado até agora desconhecido, enquanto judeu castelhano, sujeito pela primeira vez às agruras do desterro, ainda muito jovem, ao tempo da expulsão dos judeus de Castela e Aragão, em 1492. De acordo com o depoimento, terá nascido por volta de 1484 ou 1485, em Valência de Alcântara, tendo vindo com um irmão para a Vidigueira, depois de ter estado na praça portuguesa de Arzila uns quatro ou cinco anos. Após a passagem pelo Alentejo, que a documentação italiana de alguma forma confirma (toda a família se apresenta como originária de Alvito), João Fernandes terá chegado a Lisboa, onde aprendeu o ofício de livreiro, por volta de

---

<sup>35</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 17659. Estamos gratos à Dr.ª Susana Bastos Mateus, da Cátedra de Estudos Sefarditas “Alberto Benveniste” (CESAB-FLUL), pelo precioso auxílio que nos prestou, mormente na leitura e transcrição dos excertos do processo de João Fernandes publicados neste estudo.

1496/1497 (data da expulsão geral dos judeus de Portugal), com uma idade aproximada de 12 anos, tendo ali permanecido sempre, desde então, salvo algumas viagens de negócios que fizera “pera fora per causa de sua mercadorya”. Convém sublinhar a mobilidade do livreiro que se desloca para fora de Lisboa em razão dos livros, a sua mercadoria por excelência, talvez mesmo para fora do país, sendo a Espanha ou a Flandres os destinos mais prováveis.

Entretanto, Elvira Nunes, esposa de João Fernandes, apressa-se a fugir para Antuérpia na companhia de uma jovem criada, que os inquisidores pretendiam interrogar a todo o custo por ser testemunha privilegiada da casa do livreiro e que facilmente o poderia incriminar. Por isso, João Fernandes é acusado pelos inquisidores de ter enviado para a Flandres, junto com a sua mulher, uma moça chamada Branca e uma escrava negra, chamada Inês, para que não pudessem testemunhar contra ele (fl. 11v). No interrogatório de 11 de junho de 1543, que decorreu na própria livraria, “em Lisboa em as casas de Joam Fernandez liureiro que he na Rua noua dos mercadores” (fl. 24r), são inquiridos dois oficiais da livraria sobre as razões da fuga da mulher de João Fernandes para a Flandres. Em resposta aos inquisidores, Francisco Rodrigues, “obreiro” de João Fernandes, começa por dizer que não sabia, mas que depois da fuga ouviu dizer que o motivo era “porque ella la tinha huma filha molher do Licenciado duarte gomez la em frandes e que tinha saudades della” (fl. 24r); por sua parte, outro “obreiro”, chamado Francisco de Medina, também dá o seu testemunho, dizendo que se apercebera de alguns preparativos que a mulher de João Fernandes fazia para a viagem (isto dentro da casa de João Fernandes), “vindo elle testemunha A casa do meyo onde estão os Liuros encadernados a buscar huma tauoa de papel pera encadernar hum Liuro” (fl. 25r).

João Fernandes seguiu uma estratégia semelhante à que Duarte Gomes adotara um ano antes, quando o antigo lente do Estudo Geral de Lisboa se deu por citado a partir de Antuérpia, fazendo chegar

aos inquisidores uma certidão notarial comprovativa da sua ausência no estrangeiro, com a data de 23 de agosto de 1543, anexada ao seu processo. De igual modo, Elvira Nunes manda passar uma certidão no mesmo notário, apenas ao processo do marido, dando fé de que ordenara à jovem criada que regressasse a Portugal para ser ouvida, mas que esta lhe não obedecera. Não surpreende, pois, que Duarte Gomes seja uma das testemunhas deste ato requerido pela sogra, lavrado em Antuérpia, no dia 16 de julho de 1544<sup>36</sup>.

Tal como havia acontecido com o genro, as denúncias que desencadearam o processo de João Fernandes provieram de uma escrava negra, chamada Inês, da sua própria casa (fls. 28v-30r). Entretanto, João Fernandes, depois de oito meses de cárcere, sai em liberdade sob fiança, na quantia avultada de 1000 cruzados, a qual foi paga por Bernardo Francês, mercador (fl. 36r). O libelo acusatório é apresentado ao doutor João de Melo, inquisidor de Lisboa, no dia 23 de fevereiro de 1545. O réu é acusado de, depois do perdão geral de 1535, fazer cerimónias judaicas, tais como guardar os sábados, tirar a gordura da carne, degolar galinhas ao modo judaico, não comer carne de porco nem peixe sem escamas, entre outras (fl. 2r). O promotor da justiça diz também que o réu andava a tentar fugir de Portugal e que, mesmo depois de preso, tentou fugir do cárcere (fl. 2v).

O acórdão final do processo é de 14 de setembro de 1546, nele se ordenando que João Fernandes apresente às autoridades, em Lisboa, a moça de nome Branca que a sua mulher levava para Antuérpia, no prazo de quatro meses (depois alargados a seis), sob pena de pagar 100 cruzados. Apesar de a moça nunca haver comparecido em Lisboa, os inquisidores consideram que João Fernandes está a fazer as diligências necessárias para que ela se apresente e, no dia 2 de agosto de 1547, levantam a fiança (fl. 61).

---

<sup>36</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 17659 (a certidão encontra-se nos fls. 41r-42v).



O processo do livreiro João Fernandes é um documento a todos os títulos excepcional, porquanto nos apresenta um autêntico desfile dos mais importantes livreiros lisboetas, todos eles da Rua Nova dos Mercadores, ou dos Ferros, que foram prestando solidariamente o seu testemunho a favor do colega, amigo e, por vezes, antigo ou atual patrão. João Fernandes foi acusado pelo promotor da justiça de judaizar e apostatar da Santa Fé Católica, por realizar várias cerimónias e práticas judaicas, referências assaz comuns, aliás, nos processos por judaísmo. A primeira dessas práticas consistia em guardar o sábadó, o que neste processo adquire um valor muito particular, já que a defesa de João Fernandes se vai encarregar de contraditar esta acusação, provando que o livreiro trabalhava aos sábados e explicando exatamente o que é que ele fazia, tanto nos sábados, como nos restantes dias da semana. Assim, pretende-se provar que, João Fernandes, mal amanhecia, se dirigia à sua “tenda” para trabalhar, tanto nos sábados como nos outros dias da semana. E que, por ser mercador de livros, há mais de dez anos, todos os dias da semana vendia, comprava, encadernava ou mandava encadernar livros pelos seus “obreiros”:

Entende provar que todos os sábados do Reino que  
 não a cidade de 12 dias Santos dos que a igreja  
 manda guardar de Bejam. Mas por em mlt  
 cadet de livros e os vender e em cadernar e mandar  
 em quadernar por os obreiros de dez annos e  
 mais e p a esta parte se costumou a levantar  
 logo em amanhecendo e 12 horas a sua tenda  
 de 16 em os sábados como em outros dias da  
 semana. e trabalhava com os madares e mandando  
 comprando livros em sábado e em quadernando  
 mandando em quadernar a 12 horas sábados como  
 em todos os dias da semana em nenhuma de  
 pparencia //

Figura 7 – Artigo primeiro de defesa do réu.  
 ANTT, TSO, IL, Proc.º n.º 17659, fl. 5r

Emtemde prouar que todos os sabados do Anno que não açertão de ser dias samtos dos que a ygreya mamda guardar ele Reo yoam ffernandez por ser mercador de lyuros e os uender e emcadernar e mandar emquadernar por seus obreyros de dez annos e mays tempo a esta parte se costumou aleuantar loguo em amanheçemdo e se yr loguo a sua temda asy em os sabados como em outros dias da somana e trabalhaua contynuadamente vendemdo e comprando liuros em sabados e emquadernamdo e mamdamdo emqadernar asy em os sabados como todos os dias da somana sem nenhuma defferemçia.<sup>37</sup>

No fundo, comprar, vender e encadernar livros constituíam as atividades principais de um livreiro da Rua Nova dos Mercadores, a que acrescia a venda de papel avulso para diversos fins, conforme atrás se verificou no processo de António Luís. Importa sublinhar a importância que, então, assumia o processo de encadernação, porque “as oficinas tipográficas entregavam boa parte das encomendas *em folha*, ficando a cargo do cliente as operações de dobragem, alceamento, costura dos cadernos e outros acabamentos”<sup>38</sup>. A este propósito, por exemplo, recorde-se que um dos motivos que levou Fernando Oliveira à livraria de João Fernandes foi precisamente ir buscar um livro que mandara encadernar.

A principal fonte de informação sobre os livreiros de Lisboa presente no processo de João Fernandes, além dos interrogatórios do réu, reside, sobretudo, nas inquirições feitas às testemunhas de defesa, na sua maioria livreiros da Rua Nova dos Mercadores. Desta forma, a partir do depoimento das testemunhas, no dia 17 de março de 1545, mormente sobre o primeiro artigo da defesa,

---

<sup>37</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 17659, fl. 5r.

<sup>38</sup> Artur ANSELMO, “Aspectos do mercado livreiro em Portugal...”, op. cit., p. 55.

quanto se pronunciam sobre a questão da guarda dos sábados, temos acesso a um manancial de preciosas informações sobre a identificação dos livreiros (nome, morada, ofício, localização da “tenda”) e sobre as relações que mantiveram no passado e/ou mantêm no presente com o réu (amigos, vizinhos, colegas, antigos ou atuais empregados da loja).

Eis a relação das oito testemunhas arroladas pela defesa para se pronunciarem sobre o primeiro artigo: João Brás, livreiro à Porta do Ferro; Francisco de Carda, livreiro na Rua Nova; Luís Lasso, livreiro que trabalha em casa de João Fernandes; Rodrigo da Silveira, livreiro na Rua Nova; Pero Álvares, luveiro, vizinho de João Fernandes; Francisco de Lepe, mercador na Rua Nova; Salvador Martel, livreiro na Rua Nova; António de Santa Clara, livreiro na Rua Nova.

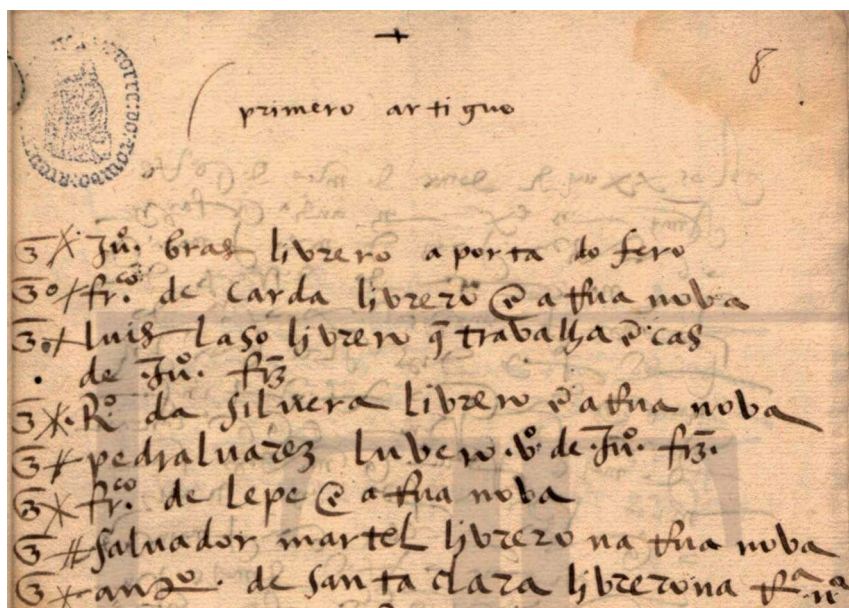


Figura 8 – Relação das testemunhas de defesa.  
ANTT, TSO, IL, Proc.º n.º 17659, fl. 8r

**Francisco de Carda**, livreiro na Rua Nova, afirma ser amigo e vizinho de João Fernandes, dizendo que há cerca de oito anos que conhece o réu, a quem sempre viu a trabalhar na sua tenda, “trabalhando e mandando trabalhar e encadernar”, tanto no sábado como nos restantes dias da semana (fl. 43):

francisco de carda lyureiro morador em esta Çidade na Rua noua testemunha perguntado por Juramento dos avamgelhos por o costume dise que he Amigo e vesinho do Reo e que dira a verdade perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que avera oyto Annos que Conhece o Reo e que todos os dias da somana Asy Ao sabado como pello pellos [sic] dias de trabalho vio A elle Joam fernandez em sua tenda trabalhando e mandando trabalhar e encadernar sen lhe ver fazer deferença de huuns dias A outros E al nom disse

**Luís Lasso**, livreiro que trabalhava em casa do réu há quatro anos, diz que o patrão todos os dias da semana se levantava pela manhã, de igual modo, descendo para a sua tenda para orientar o negócio (fl. 43v). Recorde-se que Luís Lasso, castelhano, continuava a trabalhar na livraria de João Fernandes, em 1547, na altura a cargo de Francisco Fernandes, tendo sido uma das testemunhas do processo de Fernando Oliveira.

luis laso liureiro que trabalha em Casa do Reo testemunha perguntado por o Juramento dos avamgelhos por o costume dise que ha quatro Annos que trabalha em Casa do Reo e selle tem Recebjdo boas obras e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que ese tempo que ha que trabalha em Casa do Reo todos os dias de trabalho

elle Reo se hergia pella minhaã e se vinha abaixo a sua temda E Acon<c>ertaua e daua ordem A tudo sem lhe ver fazer nehuua deferença dos sabados Aos outros dias da somana e al nom dise do dito Artigo

**Antônio de Santa Clara**, livreiro na Rua Nova, morador na Rua da Jubitaria, declara ser amigo do réu, em casa de quem trabalhou até há cerca de dois anos e meio, durante seis ou sete meses, testemunhando que João Fernandes todos os dias, sem qualquer diferença, descia à sua tenda pela manhã para dar ordens aos que para ele trabalhavam (fl. 44-44v):

Antonio de santa Clara lyureiro morador em esta Cidade na Rua da Jubitarya e tem sua temda na Rua noua testemunha perguntado por o Juramento dos // [fl. 44v] avangelhos por o costume dise que trabalhou em Caa do Reo seys ou sete meses e que avera dous Annos e meyo pouco mais ou menos que deixou de trabalhar em Casa do Reo e que he seu Amigo e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que le foy lydo dise elle testemunha que ese tempo que trabalhou em Casa do Reo que Asy Aos sabados ccomo pellos dias da somana o vya herger pella minhaã e vyr a sua tenda dar hordem. Aos que avyão de trabalhar sen lhe Ver fazer deferença de huuns dias Aos outros e al nom dise do dito Artigo

**Pero Álvares**, lueiro, morador na Mouraria, “que tem sua tenda e trabalha pegado com o taboleiro de Joam fernandez”, afirma que há cerca de dez anos que é vizinho do réu, a quem sempre encontra quando se desloca para a sua tenda, todas as manhãs, tanto faz que seja nos sábados, como nos restantes dias da semana (fl. 45). Curiosamente, Pero Álvares também surge como testemunha no processo de Fernando Oliveira, embora nessa ocasião lhe seja

atribuído o ofício de livreiro e não de luveiro, o que poderá ficar a dever-se a uma mudança de ofício ou a um erro do escrivão.

pero alurez luveiro morador em esta Cidade na mourarya e que tem sua tenda e trabalha pegado com o taboleiro de Joam fernandez Reo e que ho conhece e dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que ha dez Annos que trabalha asy pegado com a tenda de Joam fernandez / e que continuamente quãodo vay pella minhaã Acha Ao Reo estar em sua temda e que Jsto lhe vee Asy Aos sabados Como pellos dias da somana e al nom dise do dito Artigo a que somente foy dado por testemunha [...]

**Rodrigo da Silveira**, livreiro na Rua Nova, declara ser amigo do réu, dizendo que todos os dias, incluindo os sábados, via o réu ir para a sua tenda, de manhã cedo, coser os livros e trabalhar:

Rodrigo da sylueira lyureiro morador na Rua noua testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume // [fl. 46] dise que he Amigo do Reo e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que elle vya Ao Reo sempre todos os dias se aleuantar pella minhaã Cedo e vyr a sua temda e pregar hos lyuros e trabalhar sem lhe ver fazer deferença dos sabados Aos outros dias de trabalho e al nom dise do dito Artigo A que somente foy dado por testemunha [...]

**Salvador Martel**, livreiro na Rua Nova, abaixo do réu, testemunha que havia trabalhado na livraria de João Fernandes durante cerca de ano e meio, tendo saído há uns oito anos, confirmando também que o via ir trabalhar de manhã cedo para a sua tenda, todos os dias, sem qualquer diferença (fl. 45-45v):

saluador martel liureiro morador em esta Cidade na Rua noua abaixo do Reo Joam fernandez testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise que trabalhou Jaa em Casa do Reo huum Ano e meyo pouco majs ou menos e que avera oyto Annos que sayo de sua Casa e que he seu Amigo e dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo // [fl. 45v] que lhe foy lydo dise elle testemunha que ho tempo que trabalhou em Casa do Reo elle o vya trabalhar e alevantar Cedo e se hyr a sua temda Asy Aos sabados como pellos dias da somana sem lhe Ver fazer deferença de huuns dias A outros al nom dise do dito Artigo

**João Brás**, livreiro, morador à Porta do Ferro, defronte de Santo António, declara ser amigo de João Fernandes, a quem conhece há mais de 30 anos e para quem costuma trabalhar ocasionalmente na encadernação de livros. Sobre o primeiro artigo diz apenas que nunca viu o réu proceder como mau cristão (fl. 46-46v):

Joam bras liureiro morador a porta do fero defromte de são Antonio testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise que conhece Ao Reo e he seu Amigo e lhe faz e encaderna obra sua alguuas vezes que lhe da e al noom dise do costume // [fl. 46v]

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe fy lydo dise elle testemunha que ha trinta Annos e majs que conhece o Reo e que nunca lhe vyo fazer cousa que lhe podese Reprender de mão Christão e al nom dise do dito Artigo/.

**Francisco de Lepe**, mercador, morador na Rua Nova, diz conhecer o réu há muitos anos e ter sido seu vizinho durante cinco anos, confirmando que durante esse tempo sempre o viu trabalhar no



seu ofício de livreiro, administrando a sua “tenda”, durante todos os dias da semana por igual (fls. 46v-47):

ffrancisco de lepe mercador morador em esta Cidade na Rua noua testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise elle testemunha que ouuio dizer a seu sogro que era parente do Reo e que dira a verdade

perguntado elle testemunha por o primeiro Artigo da defesa do Reo que lhe foy lydo dise elle testemunha que ha muitos Annos que conhece Ao Reo e que Çinco Annos foy seu vizinho E que todos os dias da somana Asy Ao sabado Como pellos dias de toda A somana // [fl. 47] o vya trabalhar em seu offiçio de liureyro e dar ordem a sua tenda sem lhe ver fazer deferenca do sabado Aos dias da somana e al nom dise do dito Artigo

**Jácome Dias**, apesar de não se pronunciar, como as testemunhas anteriores, sobre o primeiro artigo, apresenta-se como “lyureiro” e declara que trabalha em casa de João Fernandes há quatro meses, mas que já havia estado antes ao seu serviço por dois anos, dormindo em sua casa (fl. 44):

Jacome dias lyureiro testemunha perguntado por o Juramento dos avangelhos por o costume dise que trabalha em Casa do Reo e que avera quatro meses que trabalha em sua Casa e que dantes destes quatro meses trabalhou em Casa do Reo dous Annos e asy dormya em sua Casa e que dira a verdade

É notável o espírito de solidariedade dos livreiros de Lisboa para com João Fernandes, que deveria ser uma referência para muitos pela sua antiguidade e distinção no exercício do ofício de livreiro na capital do Reino, tanto mais que vários deles começaram por aprender ou exercer o ofício, sob a sua supervisão, na livraria

da Rua Nova dos Mercadores. A este respeito, destaca-se a figura de Salvador Martel, que trabalhou na “tenda” de João Fernandes durante cerca de ano e meio, entre 1535 e 1536. Caber-lhe-ia, durante a década de cinquenta, o distinto mérito de, sob a égide real, ter conseguido reorganizar, em conjunto com frei Miguel de Valença, confessor de D. Catarina, a Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros<sup>39</sup>.

A livraria de João Fernandes está em atividade pelo menos desde meados da década de trinta, funcionando como uma verdadeira escola de formação para vários livreiros de Lisboa, que aí deram início ou continuidade à sua atividade, antes de se estabelecerem por conta própria. A grandeza do negócio está bem patente no facto de o livreiro possuir vários oficiais ao seu serviço, encarregados sobretudo da encadernação de livros, e mesmo na entrega ocasional de trabalhos de encadernação a outros livreiros vizinhos. A partir de algumas referências dispersas no processo, é possível identificar três divisões (“casas”) da livraria de João Fernandes, estando uma delas dedicada, seguramente, ao atendimento dos clientes (aquela em que Fernando Oliveira foi atendido em 1547); uma outra, ao meio, que funcionaria como armazém para os livros encadernados, papel, etc. (o “obreiro” Francisco de Medina afirmou ter ido “A casa do meyo onde estão os Liuros encadernados a buscar huma tauoa de papel<sup>40</sup> pera encadernar hum Liuro”); e uma

---

<sup>39</sup> Maria Brak-Lamy Barjona de FREITAS, “A Real Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros e os seus juizes nobres”: *O Instituto* 110 (1947), pp. 138-164; Fernando GUEDES, op. cit., pp. 25-74.

<sup>40</sup> A expressão “tauoa de papel” designa uma pasta de encadernação constituída por um conjunto de folhas de papel coladas umas às outras, que depois eram forradas com pele ou tecido. De início, as pastas eram feitas de madeira, que foi sendo substituída por folhas de papel e, mais tarde, por pastas de cartão. A este respeito, veja-se, *sub verbo* “Pasta de Encadernação”, Maria Isabel FARIA, Maria da Graça PERICÃO, *Dicionário do Livro*. Coimbra, Almedina, 2008, p. 942; *MANUAL de Encadernação. Manual do Formador*, pp. 50-55, disponível em [https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod\\_resource/content/0/encadernacao\\_manual-formador.pdf](https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod_resource/content/0/encadernacao_manual-formador.pdf)

terceira divisão que seria propriamente a oficina de encadernação (Pero Álvares, luveiro, diz “que tem sua tenda e trabalha pegado com o taboleiro<sup>41</sup> de Joam fernandez”). Sabe-se, igualmente, que o livreiro vivia no sobrado, por cima da loja, tendo também outros criados e escravos ao serviço de sua casa, conforme se deduz do processo, mormente do artigo terceiro da defesa, quando se pretende provar que o réu estava continuamente na sua “tenda”, “sem yr nunca asyda sennão ao tempo do comer ou a alguma cousa de neçecydade” (fl. 5r)<sup>42</sup>.

A livraria de João Fernandes era, segundo tudo leva a crer, uma das maiores e mais importantes de Lisboa, a par com a de João de Borgonha, que foi, aliás, fiador de João Fernandes no processo e que é o único livreiro referenciado entre os homens de cabedal maior de Lisboa (“os acontidos de conto”), segundo o levantamento fiscal de 1565<sup>43</sup>. Francisco Fernandes, também cristão-novo, dá continuidade ao negócio a partir de 1547, como vimos no feito-crime de Fernando Oliveira, continuando a destacar-se nas décadas seguintes entre os livreiros de Lisboa. A este propósito, diga-se, a título de exemplo, que Francisco Fernandes tinha

---

<sup>41</sup> Não estamos certos sobre o sentido exacto do vocábulo “taboleiro” nesta frase. Colocam-se três hipóteses: 1. trata-se de uma alusão ao espaço em redor da livraria de João Fernandes, neste caso contíguo à “tenda” do luveiro; 2. refere-se a um expositor de livros e folhetos colocado do lado de fora da livraria, sob as arcadas; 3. “taboleiro” designa a divisão da livraria em que se encontravam as prensas de encadernar, que ficaria pegada, como declarou Pero Álvares, à sua “tenda”. Rafael BLUTEAU, *sub verbo* “taboleiros de lyveiro”, diz que “São huas taboas, entre as quaes se apertam os livros”. Cf. *Vocabulario portuguez e latino...* [oitavo volume]. Lisboa Occidental, na Officina de Pascoal da Sylva, 1721, p. 12.

<sup>42</sup> Para uma reconstituição dos interiores das casas da Rua Nova feita a partir de vários inventários, veja-se Hugo Miguel CRESPO, “Global Interiors on the Rua Nova in Renaissance Lisbon”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE, *The Global City...*, op. cit., pp. 121-139.

<sup>43</sup> A partir do *Livro do Lançamento e Serviço que a cidade de Lisboa fez a El-Rei Nosso Senhor no ano de 1565*, António Borges COELHO [*Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*]. Lisboa, Caminho, 1986, p. 98], apresenta um quadro dos “homens de conto e mais” da capital, no qual está referenciado o livreiro João de Borgonha.

à venda na sua “tenda”, na Rua Nova, a *COPILACAM DE TODALAS OBRAS DE GIL VICENTE* (Lixboa, em casa de Ioam Alvarez, 1562), cujo rosto ostenta no final: “Vendemse a cruzado em papel em casa de Francisco fernandez na rua noua”) (Anselmo, n.º 85); ou que custeou a quarta edição das *Ordenações Manuelinas* (Lixboa, por Manoel Ioam, 1565), que se vendiam exclusivamente na sua livraria por 500 reais (Anselmo, n.º 712); e que terá patrocinado a edição veneziana, saída dos prelos de Lucantonio Giunta, do *Officium Beatae Elisabeth Portugallie*, cujo colofão assinala expressamente que se vende em casa de Francisco Fernandes, na Rua Nova dos Mercadores: “Venetiis: impressum apud Iunctas: venale apud Franciscum Ferdinandum in Vico nouo Mercatorum, 1567” (Biblioteca Nacional de Portugal, RES. 4320//4 P.)<sup>44</sup>.

O processo de João Fernandes demonstrou a todos os livreiros os riscos que corriam os “ministros do saber”, conforme foram sugestivamente designados, na década seguinte, no *Compromisso* da Confraria dos Livreiros. A vigilância sobre os livreiros e impressores lisboetas intensificou-se a partir de finais da década de trinta<sup>45</sup>. A primeira provisão dos bispos para exercer vigilância sobre os livreiros de Lisboa coube ao cardeal-infante D. Afonso, a quem João Fernandes vendeu um livro para a Sé de Évora<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Francisco Fernandes era tesoureiro da Irmandade de Santa Catarina de Monte Sinai em 21 de junho de 1562 (Maria Brak-Lamy Barjona de FREITAS, “Os livreiros da Lisboa...”, op. cit., p. 11). No início da década de sessenta, vendia-se também “em casa de Francisco Fernandez” a *Ley sobre os vestidos de seda & feytios delles e das pessoas que os podem trazer* (António J. ANSELMO, p. 323, n.º 1156).

<sup>45</sup> Sobre processos inquisitoriais envolvendo livreiros e impressores a partir da segunda metade de Quinhentos, veja-se Pedro de AZEVEDO, “O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio”: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 7, n.º 1 (1913), pp. 71-88; Isaías da Rosa PEREIRA, “Livros, livreiros e impressores na Inquisição de Lisboa nos séculos XVI e XVII”, in *Miscelânea de Estudos dedicados a Fernando de Mello Moser*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 215-232.

<sup>46</sup> Sobre a relação do episcopado português com a imprensa, o livro e a censura no século XVI, veja-se José Pedro PAIVA, “Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos”: *Revista de História das Ideias* 28 (2007), pp. 687-737.

Em carta de junho de 1539, o doutor Álvaro Gomes afirma que D. Afonso, arcebispo de Lisboa, dera ordem a todos os livreiros de Lisboa que lhe “apresentassem um catálogo dos seus livros para eu [ele] selecionar e condenar com a minha [sua] censura um por um todos os volumes suspeitos, principalmente entre os que vieram da Alemanha”<sup>47</sup>. O estabelecimento dos índices de livros defesos e as severas limitações à importação e venda de livros tornaram-se um penoso entrave ao negócio livreiro, agravado pelas frequentes visitas dos inquisidores às livrarias em busca dos livros considerados heréticos pela ortodoxia católica. No dia 21 de outubro de 1550, são dadas instruções muito claras aos livreiros de Lisboa sobre a forma como se deveria processar o levantamento de livros da alfândega, sujeito a uma licença prévia do inquisidor Jerónimo de Azambuja, antes de poderem ser colocados à venda. É ordenado a todos os livreiros da cidade que, “sob pena de excomunhão e de cinquenta cruzados, que daqui em diante não tirem dessa Alfândega, *nem os recebam de outra nenhuma parte* [escrito à margem] sem licença do dito Padre Mestre e estar presente um oficial da Santa Inquisição”<sup>48</sup>. Nesse mesmo dia, todos os livreiros de Lisboa (a listagem conta com

---

<sup>47</sup> A transcrição e tradução da carta foi publicada por A. Moreira de Sá, *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, pp. 59-60. Sobre a censura inquisitorial e os índices de livros proibidos em Portugal, vejam-se, por exemplo, António BAIÃO, “A censura literária inquisitorial”, *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 12 (1918), pp. 473-560; I. S. RÉVAH, *La censure inquisitoriale portugaise au XVIIe siècle. Étude accompagnée de la reproduction en fac-similé des Index*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960; A. Moreira de Sá, op. cit., 1983; Raul RÊGO, *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação e das Universidades, 1982; J. M. BUJANDA, *Index de l’Inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke, Éditions de l’Université de Sherbrooke; Genève, Librairie Droz, 1995.

<sup>48</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Liv. 330, doc. 70, fl. 16. Transcrição de Isaías da Rosa PEREIRA, *Documentos para a história da Inquisição em Portugal (século XVI)*. Lisboa, s. n., 1987, vol. I, p. 73.

16 nomes) foram chamados para tomar conhecimento do referido mandado, que lhes foi lido e publicado “de maneira que eles o entenderam muito bem”:

E logo no dito dia foram chamados todos os livreiros desta cidade, scilicet João de Borgonha e Francisco Fernandes, Salvador Martel, Francisco de Carda, Diogo Moniz, Luís Rodrigues, Fernão de Aguiar, Diogo da Silveira, Bartolomeu Lopes, Domingos Fernandes, António de Santa Clara, António Fernandes, Jorge de Aguiar, Álvaro Henriques, Pero Gonçalves, e a todos juntamente foi lido e publicado o mandado atrás de maneira que eles o entenderam muito bem e assinaram aqui. E Graviel de Araújo outrossim Livreiro. Paulo da Costa o escrevi.<sup>49</sup>

Entre os livreiros de Lisboa, a quem foi mandado assinar o documento, encontram-se cinco dos livreiros que testemunharam a favor de João Fernandes, em 1545: João de Borgonha, Salvador Martel, Francisco de Carda, Diogo da Silveira e António de Santa Clara. O nome de Francisco Fernandes, que havia tomado a seu cargo a livraria de João Fernandes, surge também em segundo lugar, depois de João de Borgonha, que encabeça a lista, e antes de Salvador Martel.

O nome de João Fernandes, todavia, não tornaria a figurar no rol dos livreiros de Lisboa. Foi obrigado a deixar para trás a livraria e a própria casa em que morava na Rua Nova dos Mercadores. Uma vez mais, desta feita na parte final da vida, voltou a experimentar a dura sorte do desterro. Abria-se, assim, um último capítulo na existência atribulada do nosso “*librarius portugalensis*”.

---

<sup>49</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Liv. 330, doc. 71, fl. 17. Transcrição de Isaías da Rosa PEREIRA, op. cit., p. 74.



## 5. João Fernandes em Ferrara, “no mais seguro porto da Itália”

No mais seguro porto da Itália que a piedade divina me aparelhou pera descansar da trabalhosa viagem que de Portugal e Espanha faço me vi do inimigo espiritual envejado, e derom-lhe meus dilitos as forças.

Samuel Usque, *Consolação às Tribulações de Israel*.  
Ferrara, 1553, fl. Ddviiiir

João Fernandes abandonou definitivamente Lisboa rumo a Antuérpia ao encontro da mulher e do genro nos últimos anos da década de quarenta. Em novembro de 1547, quando Fernando Oliveira visita a livraria de João Fernandes, já não é atendido pelo livreiro do costume. Tomás Gomes, irmão de Duarte Gomes, abandona também Portugal em 1547, sob proteção de um salvo-conduto papal, na companhia de outros cristãos-novos, passando a estar ao serviço de Beatriz de Luna, aliás D. Grácia Naci, a quem acompanharia na viagem de Veneza para Istambul no verão de 1552. Duarte Gomes manteve-se em Antuérpia até ao final da década de quarenta, como feitor dos Mendes-Benveniste, depois de as irmãs Beatriz de Luna e Brianda de Luna terem viajado, em meados de 1545, para Veneza. Após a partida de D. Grácia para o Império Otomano, Duarte Gomes ficaria para trás, entre Veneza e Ferrara, como agente da maior confiança da família Mendes-Benveniste<sup>50</sup>. Voltaria a ser processado no Santo Ofício de Veneza por mais duas vezes, tendo publicado em 1567, em Veneza, a primeira tradução castelhana do *Canzoniere* de Petrarca sob os nomes de Salomon Usque Hebreo e Salusque Lusitano.

---

<sup>50</sup> Sobre a atividade mecenática da família Mendes-Benveniste, veja-se A. M. L. ANDRADE, ““Nosso desejo tão inclinado ao seu serviço” – A geração de ouro do humanismo português e a actividade mecenática dos Mendes Benveniste”: in Susana Bastos MATEUS, Carla VIEIRA (coord.), *Mendes Benveniste. Uma família sefardita nos alvares da Modernidade*. Lisboa, CESAB – FLUL, 2016, pp. 115-154.

No final de 1551, João Fernandes encontra-se estabelecido em Ferrara, no mais seguro porto de Itália, como lhe chamou Samuel Usque na *Consolação às Tribulações de Israel*, saída dos prelos de Abraão Usque. Em Lisboa, antes de ter abandonado o país, este famoso impressor de Ferrara dava pelo nome de Duarte Pinel (Eduardus Pinellus Lusitanus) e era mestre de latinidade, dando lições particulares a jovens, tendo sido também ele processado, em Lisboa, pelo Santo Ofício, no final de 1541, por dar guarida na sua casa a uma prima que se apressava a sair de Portugal<sup>51</sup>. Antes de deixar Lisboa, como João Fernandes e tantos outros, o bacharel Duarte Pinel publicou, em finais de 1543, nos prelos de Luís Rodrigues uma gramática de latim, acompanhada de um pequeno tratado sobre as calendas (Anselmo, n.º 1041)<sup>52</sup>. Em Ferrara, no começo da década de cinquenta, instala a sua oficina tipográfica, promovendo a edição de vários livros, entre os quais se contam alguns livros de orações em castelhano e hebraico, comparáveis de alguma forma ao referido *ORDO ORANDI* que João Fernandes vendia por 70 reais, em 1542, na sua livraria da Rua Nova, mas desta feita com orações, preces e cânticos judaicos dirigidos aos cristãos-novos desterrados<sup>53</sup>. Dos seus prelos, não é por demais sublinhá-lo, além da magnífica Bíblia de Ferrara (1553), saíram duas pérolas da literatura portuguesa de Quinhentos: a *História da Menina e Moça*, de Bernardim Ribeiro (1554), e a *Consolação às Tribulações de Israel*, de Samuel Usque (1553). “Os Senhores do

---

<sup>51</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 716.

<sup>52</sup> Sobre as publicações de Duarte Pinel/Abraão Usque, veja-se Herman Prins SALOMON, “O que tem de judaico a *Menina e Moça*?”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004), pp. 185-223.

<sup>53</sup> O último livro em castelhano impresso por Abraão Usque, em 1555, é precisamente um livro de orações para as festas e datas do ano litúrgico judaico, intitulado *ORDEN DE ORACIONES DE / Mes arreo .s. sin boltar de / una a otra parte / Y LA ORDEN DE HANVCAH / Purim. y pascuas de Pesah, / Sebuoth, y Sucot. Com / mucha diligencia en- / mendada / Estampado por yndustria y des- / pesa de Abraham Usque. / En Ferrara 12. de Setembro.*

Desterro de Portugal”, a quem Samuel Usque dedicou a *Consolação*, nunca deixaram de promover a cultura do livro, antes e depois de saírem do país, seja como autores, editores, livreiros ou impressores.

De acordo com várias testemunhas, João Fernandes vive publicamente como judeu e reassume o seu antigo nome judaico, ou seja, Samuel Picho. Em Ferrara, estão também estabelecidos vários dos seus irmãos e filhos. Segundo a documentação notarial de Ferrara, trazida a público por Aron di Leone Leoni, os dois irmãos do antigo livreiro, Álvaro de Castro e Pedro Fernandes, operam nesta cidade como mercadores de grosso trato, sendo que o último é médico e mercador, uma união bastante comum entre os cristãos-novos<sup>54</sup>. Os três irmãos apresentam-se como originários de Alvito. Duas das filhas de João Fernandes encontram-se igualmente por terras italianas: uma, Clara Nunes, a mulher do licenciado Duarte Gomes, vive em Ferrara com os filhos, enquanto o marido vive entre Veneza e Ferrara, como “mercador principal” dos Mendes-Benveniste; a outra, Graça Fernandes, vive em Florença, tendo casado em Ferrara, com Cristóvão Mendes, filho do doutor Fernando Mendes, o famoso juiz do Tribunal da Rota. No dia 19 de outubro de 1553, a pedido de João Fernandes, Cristóvão Mendes declara ter recebido como dote da sua esposa, Graça Fernandes, um valor total de 2.250 escudos<sup>55</sup>.

Curiosamente, haveria de ser de novo em Lisboa, muitos anos depois da partida de João Fernandes, que dois judeus portugueses, retornados de terras italianas, dariam mais notícias sobre o livreiro e a sua família nas declarações prestadas no Tribunal do Santo

---

<sup>54</sup> Sobre a presença de João Fernandes em Ferrara, veja-se o estudo monumental de Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese di Ferrara (1492-1559): I suoi rapporti col governo ducale e la popolazione locale ed i suoi legami con le Nazioni Portoghese di Ancona, Pesaro e Venezia*. Tomo I [-II]. A cura di Laura Graziani Secchieri. Firenze, Leo S. Olschki, 2011, p. 283, documentos 733, 747, 834, 928, 1088, 1098, 1340, 1348, 1393, 1527, 1614, 1635.

<sup>55</sup> Archivio di Stato di Ferrara, notaio Giacomo Conti, matr. 584, pacco 5S (19.10.1553): *Dos Dnae Graciae Fernandes uxor d. Xphori Mendes*. Cf. Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese...*, op. cit., pp. 953-954, doc. 928.

Ofício. Assim, no dia 10 de setembro de 1574, Luís Franco, um cristão-novo de Aveiro, regressado há pouco de Ferrara, denuncia “o Licenciado Duarte Gomez fisico natural de Lixboa ja branco gentil homem que era he casado com hũa filha de João Fernandez de Lixboa livreiro”, declarando também que o bacharel Cristóvão Mendes, o outro genro do livreiro, estudara leis na Universidade de Coimbra<sup>56</sup>. Alguns anos depois, Henrique Nunes, aliás Abraham Benveniste, em depoimento prestado no dia 8 de março de 1583, traça um retrato pormenorizado do livreiro João Fernandes, que vivia publicamente em Ferrara como judeu:

Perguntado do ditto tempo de cinquenta e dous anos a esta parte se conheceo algũs Judeus portugueses que se fossem deste reino e laa se fizessem Judeus públicos. Disse que no ditto tempo conheceo em Ferrara hum christão novo morador nesta cidade que qua se chamava Joam Fernandez o livreiro o qual se foy deste reino a muito tempo mas // depois do anno de cinquenta e dous segundo seu parecer e laa se publicou por judeu e como tal vivia e se pos nome Samuel Picho o qual sera de idade agora se for vivo de oitenta anos e levou consigo sua molher a que não sabe o nome e dous filhos hum delles he falecido e outro se chama laa Jacob Picho e qua não sabe como se chamava e levou também quatro ou cinco filhas as quais não sabe os nomes nem de Judias nem de Christãs mas hũa dellas he casada com Duarte Gomez que laa se chama David Zaboca mercador principal o qual foy desta cidade jaa casado com ella e outra filha he casada com Christovão Mendez que laa se chama Joseph Serralvo Mendez filho

---

<sup>56</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Liv. 56, fls. 304v-305r. (“denúnciação contra çertos judeus de ferrara”): “Christovom Mendez filho do doutor Fernão Mendez que he natural desta cidade e en Frandes them cargo de justiça, digo em Florença, e he casado em Ferrara o dito Christovom Mendez en Ferrara omem meio preto e branco digo meo branco o qual estudou leis em Coimbra.”

do douctor Fernão Mendez de Florença e laa casarão em Ferrara e outra filha he casada com hum judeu português que de ca foy que laa se chama David Coem [...]57.

Não há notícia de que João Fernandes, com cerca de 65 anos à chegada a Ferrara, tenha voltado ao negócio dos livros, mas surge envolvido em várias operações financeiras de grande monta, não só para transferir capitais próprios, de Portugal e da Flandres para Ferrara, mas também de outros cristãos-novos desterrados em Itália. Em 7 de dezembro de 1552, por exemplo, João Fernandes concede uma procuração ao seu genro Duarte Gomes para recuperar, em Veneza, um crédito de 1.200 ducados, uma forma comum entre os cristãos-novos portugueses para transferir capitais de Antuérpia para Itália58.

## 6. Epílogo

João Fernandes não mais regressou nem à sua livraria nem à sua casa na Rua Nova dos Mercadores, não mais viu as planuras alentejanas da sua infância, onde o tordo debicava a azeitona madura de Alvito, para evocar a imagem gravada na memória do poeta eborense Diogo Pires (Didacus Pyrrhus Lusitanus)59.

---

<sup>57</sup> DGLAB/ANTT, *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, Processo n.º 2931, fl. 79r-v. Transcrição publicada por P. C. IOLY ZORATTINI (a cura di), *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1570-1572)*. Firenze, Leo S. Olschki Editore, 1984, vol. III, pp. 270-271.

<sup>58</sup> Archivio di Stato di Ferrara, notaio Giacomo Conti, matr. 584, pacco 58 (07/12/1552). Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese...*, op. cit., p. 918, doc. 834.

<sup>59</sup> Sobre a obra poética de Diogo Pires, que foi coeditor da Bíblia de Ferrara, e a ação determinante da sua família na Nação Portuguesa de Antuérpia, Ferrara e Ancona, veja-se António M. L. ANDRADE, *O Cato Minor de Diogo Pires e a Poesia Didáctica do séc. XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.

Continuaria, porém, até ao fim dos seus dias, no ducado estense, a ser conhecido como “o livreiro português”. Ferrara era, por assim dizer, a maior cidade portuguesa fora de Portugal. A última notícia que temos de João Fernandes data de 15 de março de 1559, num documento notarial de Ferrara<sup>60</sup>. Trata-se de uma procuração passada pelo seu irmão Pedro Fernandes, de Alvito, ao mercador Diogo Pires, de Lisboa, para exigir a cobrança de uma partida de açúcar de São Tomé a uma certa Isabel Lopes, de Lisboa. O documento está subscrito por João Fernandes “librarius lusitanus”.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A. A. Marques de, *Aritmética como descrição do real (1519-1679). Contributos para a formação da mentalidade moderna em Portugal*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, 2 vols.
- ALMEIDA, A. Marques de, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria*. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança. Lisboa, Edições Cosmos, 1993.
- ANDRADE, António M. L., *O Cato Minor de Diogo Pires e a Poesia Didáctica do séc. XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2014.
- ANDRADE, António M. L., “A figura de Salomão Usque: a face oculta do humanismo judaico-português”: in M. GONÇALVES *et alii* (orgs.), *Gramática e Humanismo*. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres. Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, 2005, vol. II, pp. 15-25.
- ANDRADE, António M. L., “Os Senhores do Desterro de Portugal: Judeus Portugueses em Veneza e Ferrara em meados do século XVI”: *Veredas, Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 6 (2006), pp. 65-108.
- ANDRADE, António M. L., “A Senhora e os destinos da Nação Portuguesa: o caminho de Amato Lusitano e de Duarte Gomes”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 87-130.
- ANDRADE, António M. L., “Nosso desejo tão inclinado ao seu serviço” – A geração de ouro do humanismo português e a actividade mecenática dos Mendes

---

<sup>60</sup> Archivio di Stato di Ferrara, notaio Giacomo Conti, matr. 584, pacco 8S (15/03/1559). Cf. Aron DI LEONE LEONI, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese...*, op. cit., p. 1193, doc. 1635.



- Benveniste”: in Susana Bastos MATEUS, Carla VIEIRA (coord.), *Mendes Benveniste. Uma família sefardita nos alvares da Modernidade*. Lisboa, CESAB – FLUL, 2016, pp. 115-154.
- ANDRÉ, Carlos Ascenso, *Um judeu no desterro: Diogo Pires e a memória de Portugal*. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – INIC, 1992.
- ANSELMO, António Joaquim, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1926.
- ANSELMO, Artur, “Aspectos do mercado livreiro em Portugal nos séculos XVI e XVII”: *Revista Portuguesa de História do Livro* 2 (1997), pp. 47-68.
- ANSELMO, Artur, “O livreiro Luís Rodrigues, impressor de textos humanísticos”: *Humanitas* 43-44 (1991-1992), pp. 369-376.
- AZEVEDO, Pedro de, “O processo inquisitorial do impressor alemão Blavio”: *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. 7, n.º 1 (1913), pp. 71-88.
- BAIÃO, António, “A censura literária inquisitorial”, *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 12 (1918), pp. 473-560.
- BAIÃO, António, “O livreiro quinhentista João de Borgonha”: *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*, nova série, 30 (1958), pp. 174-176.
- BRANDÃO, João, *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- BRITO, Gomes de, *Notícias de livreiros e impressores em Lisbôa na 2.<sup>a</sup> metade do século XVI*. Lisboa, Imprensa Libanio da Silva, 1911.
- BUJANDA, J. M., *Index de l’Inquisition portugaise: 1547, 1551, 1561, 1564, 1581*. Sherbrooke, Éditions de l’Université de Sherbrooke; Genève, Librairie Droz, 1995.
- COELHO, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*. Lisboa, Caminho, 1986.
- CRESPO, Hugo Miguel, “O processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes *alias* Salomão Usque: móveis, têxteis e livros na reconstituição da casa de um humanista (1542-1544). *Em torno da guarda-roupa, livraria e mantearia do rei*”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 10-11 (2011), pp. 587-688.
- CRESPO Hugo Miguel, “Global Interiors on the Rua Nova in Renaissance Lisbon”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE, *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015, pp. 121-139.
- DESLANDES, Venâncio, *Documentos para a Historia da Typografia Portuguesa nos Seculos XVI e XVII*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1888.
- DI LEONE LEONI, Aron, *La Nazione Ebraica Spagnola e Portoghese di Ferrara (1492-1559): I suoi rapporti col governo ducale e la popolazione locale ed i suoi legami con le Nazioni Portoghese di Ancona, Pesaro e Venezia*. Tomo I [-II]. A cura di Laura Graziani Secchieri. Firenze, Leo S. Olschki, 2011.
- DI LEONE LEONI, Aron, *The Hebrew Portuguese Nations in Antwerp and London at the Time of Charles V and Henry VIII: New Documents and Interpretations*. Jersey City, Ktav, 2005.
- ELIOT Simon; ROSE, Jonathan (eds.), *A Companion to the History of the Book*. Oxford and Malden, Blackwell, 2007.

- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça, *Dicionário do Livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra, Almedina, 2008.
- FERREIRA, Francisco Leitão, *Notícias cronológicas da Universidade de Coimbra*. Volume III (Tomo I). Coimbra, Por ordem da Universidade, 1944.
- FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona de, “A Real Irmandade de Santa Catarina da Corporação dos Livreiros e os seus juizes nobres”: *O Instituto* 110 (1947), pp. 138-164.
- FREITAS, Maria Brak-Lamy Barjona de, “Os livreiros da Lisboa quinhentista”: *Revista Municipal. Lisboa* 54 (1952), pp. 5-25.
- GUEDES, Fernando, *Os livreiros em Portugal e as suas associações desde o século XV até aos nossos dias. Subsídios para a sua história*. Braga, Verbo, 2005.
- IOLY ZORATTINI, P. C. (a cura di), *Processi del S. Uffizio di Venezia contro Ebrei e Giudaizzanti (1570-1572)*. Firenze, Leo S. Olschki, 1984.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie, “Reconstruction the Rua Nova: The Life of a Global Street in Renaissance Lisbon”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015, pp. 100-119.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate J. P. (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate J. P. (eds.), *The Global City: On the Streets of Renaissance Lisbon*. London, Paul Holberton, 2015.
- JORDAN GSCHWEND, Annemarie; LOWE, Kate J. P., “A representação da Lisboa global”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017., pp. 14-31.
- LIMA, Durval Pires de, *Os primeiros livros e livreiros de Lisboa*. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942.
- LOUREIRO, Rui Manuel, “Ciência e conhecimento nas livrarias quinhentistas da Rua Nova dos Mercadores”, in Annemarie JORDAN GSCHWEND, Kate J. P. LOWE (eds.), *A cidade global: Lisboa no Renascimento*. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2017, pp. 88-95.
- MANUAL de Encadernação. Manual do Formador*, disponível em [https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod\\_resource/content/0/encadernacao\\_manual-formador.pdf](https://elearning.iefp.pt/pluginfile.php/49984/mod_resource/content/0/encadernacao_manual-formador.pdf) (consultado em 20/08/2018).
- MELO, Arnaldo Faria de Ataíde e, *O papel como elemento de identificação*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926.
- MENDONÇA, Henrique Lopes de, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Náutica*. Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1898.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contém algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*. Apresentação e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa, Livros Horizonte, 1987.
- PAIVA, José Pedro, “Bispos, imprensa, livro e censura no Portugal de Quinhentos”: *Revista de História das Ideias* 28 (2007), pp. 687-737.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, “Livros, livreiros e impressores na Inquisição de Lisboa nos séculos XVI e XVII”, in *Miscelânea de Estudos dedicados a Fernando de*

- Mello Moser*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985, pp. 215-232.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa, *Documentos para a história da Inquisição em Portugal (século XVI)*. Lisboa, s. n., 1987.
- RÊGO, Raul, *Os índices expurgatórios e a cultura portuguesa*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. Ministério da Educação e das Universidades, 1982.
- RÉVAH, I. S., *La censure inquisitoriale portugaise au XVII<sup>e</sup> siècle. Étude accompagnée de la reproduction en fac-similé des Index*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1960.
- SÁ, A. Moreira de, *Índices dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.
- SALOMON, Herman Prins, “O que tem de judaico a *Menina e Moça?*”: *Cadernos de Estudos Sefarditas* 4 (2004), pp. 185-223.
- SANTOS, Maria José Ferreira dos, “Marcas de água e história do papel”: *Cultura* 33 (2014), pp. 11-29.
- SEGRE, Renata, “Contribución documental a la historia de la imprenta Usque y de su edición de la Biblia”, in Iacob M. HASSÁN (ed.), *Introducción a la Biblia de Ferrara*. Actas del Simposio Internacional sobre la Biblia de Ferrara (Sevilla, noviembre de 1991). Madrid, Comisión Nacional Quinto Centenario-Universidad de Sevilla-CSIC, 1994, pp. 205-226.
- SILVA, Inocêncio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo Terceiro. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1859.
- VITERBO, Sousa, *O movimento tipográfico em Portugal no século XVI*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.